



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 13811.004351/2002-67  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 1401-001.486 – 4<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 19 de janeiro de 2016  
**Matéria** IRPJ  
**Recorrente** PHILIPS DO BRASIL LTDA.  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

Ano-calendário: 2001

IRRF. COMPOSIÇÃO .

O imposto retido na fonte é considerado antecipação do imposto devido no período-base. A retenção feita em conformidade com a lei não constitui indébito ou recolhimento a maior, no entanto, poderá ser utilizado para a dedução do IR devido e o resultado se apurado saldo a favor da contribuinte poderá ser compensado com débitos vencidos ou vincendos de mesma ou de diferentes espécies.

**SALDO NEGATIVO DE IMPOSTO APURADO NA DECLARAÇÃO.**

Constitui crédito a compensar ou restituir o saldo negativo de imposto de renda apurado em declaração de rendimentos, desde que ainda não tenha sido compensado ou restituído.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso apenas para cancelar o débito utilizado em duplicidade, no valor de R\$ 1.502.755,82, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

(assinado digitalmente)  
Antonio Bezerra Neto - Presidente

(assinado digitalmente)  
Fernando Luiz Gomes de Mattos - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Antonio Bezerra Neto (Presidente), Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, Fernando Luiz Gomes de Mattos, Marcos de Aguiar Villas Boas, Ricardo Marozzi Gregorio e Aurora Tomazini Carvalho.

## Relatório

Por bem descrever os fatos, adoto e transcrevo o relatório que consta da decisão de piso, fls. 15023-15028:

*Em 14/08/2002, a contribuinte protocolizou, junto à CAC/DRF/Santo Amaro, pedido de RESTITUIÇÃO (fl. 01), cumulado aos pleitos de COMPENSAÇÃO, objetivando o aproveitamento de créditos de IRRF, relativos a retenções efetuadas durante o ano-calendário de 2001, no valor de R\$27.098.296,81, com vistas à quitação de débitos diversos.*

*Em 06/08/2007, a Derat/SPO exarou DESPACHO DECISÓRIO (fls. 767/797), DEFERINDO EM PARTE o pedido da interessada. Os motivos do deferimento parcial, em síntese, são os seguintes:*

- *O lucro real foi recalculado em virtude de falta de adições ao lucro líquido das diferenças de valores de compensações de PIS e COFINS além daqueles declarados em DCTF. Dessa forma, foram adicionados ao lucro líquido (linha 21, ficha 09 A), os montantes de R\$ 74.394,41 na DIPJ/2001/2001 e R\$ 29.907,74 na DIPJ 2002/2001 (fl.779);*
- *Não foram registradas nas DIPJ 2001/2001 (fl.522) e 2002/2001 (fl.541) as reservas de reavaliação (art.35 do DL nº 1.598/77 e art.lº do DL nº 1.730/79), as quais foram acrescidas às respectivas declarações adicionando-se ao lucro líquido os valores de R\$ 401.144,38 e R\$ 348.072,98, respectivamente (fl.780);*
- *Não se constatou a adição ao lucro líquido (linha 14 da ficha 09 A), dos valores de R\$ 3.574.647,20 na DIPJ 2001/2001 (fl.522) e de R\$ 175.128,81 na DIPJ 2002/2001, as contrapartidas das baixas das contas de correção monetária das diferenças IPC/BNF (fls.781/782);*
- *O IRRF (código 5273), proveniente de rendimentos de SWAP, não foi considerado na apuração do saldo negativo do IRPJ pela impossibilidade de verificação de seu oferecimento à tributação (fl.789);*
- *Apenas parte do IRRF, das demais aplicações, foi comprovada resultando, após a dedução das compensações sem processo de R\$ 22.804,48, em saldo negativo de R\$ 307.563,20 (fl.796).*

A contribuinte teve ciência do Despacho Decisório em 07/08/2007 (fl. 798) e dela recorreu a esta DRJ em 05/09/2007 (fls.916/942). Em suma, argumenta a seu favor o seguinte:

- Quanto ao débito a compensar, o Fisco considerou em duplicidade o valor de R\$ 1.502.755,82, o qual foi declarado no processo de nº 11831.001394/2003-71 (docs.4 e 5- fls.997/1001 e 1.005/1.031) e na DCOMP nº 41636.49900.230906.1.7.02-0550, por essa razão, os referidos débitos compensados totalizam R\$ 34.158.646,94 e não R\$ 35.751.500,47;
- Da contribuição ao PIS e da COFINS adicionados ao Lucro Real: os valores das contribuições, objeto de liminar proferida nos autos de nº 1999.61.0.00018571-9, não foram recolhidos e nem provisionados, razão pela qual não deveriam ter sido adicionados ao lucro líquido. Os referidos montantes foram oferecidos à tributação. Ademais, trata-se de tributos retidos por órgãos públicos, os quais foram compensados nos termos do art.64 da Lei nº 9.430/96;
- A RFB reconheceu apenas parte dos montantes das retenções efetuadas por venda de serviços e bens, considerando os valores de R\$ 13.270,53 e R\$ 5.340,73 de PIS e R\$ 61.124,17 e R\$ 24.626,75 de COFINS como de exigibilidade suspensa não levadas à tributação. Todos os referidos montantes poderiam ser compensados por se referirem a retenções efetuadas por órgãos públicos (doc.6 — fls.1.033/1.049). Caso não se aceite a argumentação levantada, as contribuições deveriam ser objeto de lançamento fiscal e não de ajustamento da base de cálculo do tributo;
- Da Realização de Reservas de Reavaliação: As adições para realização da reserva de reavaliação foram contabilizadas em conta de resultado, neutralizando qualquer efeito (doc.7 — fls.1.050/1.096);
- Da tributação da diferença de correção monetária IPC/BNF:
  - a) Na DIPJ/92, a requerente possuía contabilizado em conta de patrimônio líquido "Saldo da Conta de Correção Monetária - diferença IPC/BNF - de Cz\$ 31.505.266.847,00 (doc.08 — fls.1.097/1.101) não havendo qualquer registro na conta "Reserva Especial de Correção Monetária", ou seja, não há o que ser acrescido ao lucro real, pois não se utilizou da referida correção;
  - b) Ofereceu à tributação a totalidade do saldo lançado na conta "Saldo da Conta de Correção Monetária — Diferença IPC/BNF"em 31/01/1993 (doc.9 — fls.1.102/1.108);
  - c) Apresenta o LALUR de 1991/1993 demonstrando que adicionou à base de cálculo do IRPJ os valores referentes à "baixa de bens do ativo fixo — diferença IPC/BNF)", encargos de depreciação (fls.1.110/1.115);
- Do IRRF: Todos os rendimentos em aplicações de SWAP foram oferecidos à tributação, no entanto, em linha diversa da indicada no MAJUR. Apurava os referidos ganhos/perdas na conta "929010 Resultado positivo contratos futuros moeda estrangeira hedge (até o ano-calendário de 2003)" e "9290000 2/04/2016 por FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS, Assinado digitalmente em 12/04/2016 por ANTONIO BEZERRA NETO

— Resultado positivo contratos futuros moeda estrangeira hedge (a partir do ano-calendário de 2004)". Apresenta documentação com o objetivo de provar o alegado (fls.1.116 a 1.883);

- Dos demais rendimentos financeiros: Apresentou documentação (fls.337/347) que comprova a retenção no valor de R\$ 109.838,12 (códigos 6147, 6190 e 1708) tendo sido reconhecido apenas o montante de R\$ 13.542,91 pela autoridade fiscal;
- Das declarações retificadoras indeferidas: a) Com relação à DCOMP retificadora 11831-113133/2003-22, cujo objetivo é retificar o débito IRRF, código 0561, PA de 29/03/03, de R\$ 331.912,50 para R\$ 327.653,85. A referida alteração de R\$ 4.285,65 decorre do MS nº 2003.61.26.001.168-1; b) A DCOMP 11831.003134/2003-77 não trata de inclusão de novo débito, mas sim de desmembramento do débito de IRRF (PA de 28/12/2002), no valor de R\$ 664.602,05 (declaração original) para R\$ 605.360,87 (PA de 28/12/2002) e R\$ 59.241,18 (PA de 21/12/2002), conforme documento 12 (fls.1184/1940);
- Enfim, pede pela procedência integral de seu pleito.

A contribuinte apresentou documentação na manifestação de inconformidade de fls.944/1.940, a qual visa provar seu direito ao montante integral informado na DIPJ de saldo negativo para o ano-calendário de 2001.

Tendo em vista as divergências apontadas e a documentação apresentada tornou-se necessário converter o presente processo em diligência fiscal visando esclarecer os seguintes pontos controversos:

- Da tributação da diferença de correção monetária IPC/BTNF:
  - Verificar se ofereceu à tributação a totalidade do saldo lançado na conta "Saldo da Conta de Correção Monetária – Diferença IPC/BTNF" em 31/01/1993 (doc.08 – fls.1097/1101 e doc.9 – fls.1.102/1.108);
  - Averiguar, com base na documentação apresentada (fls.1.110/1.115), se os valores, referentes à "baixa de bens do ativo fixo – diferença IPC/BTNF" - encargos de depreciação, foram adicionados à base de cálculo do IRPJ;
  - Verificar com a base nos documentos apresentados (fls.1.116 a 1.883) se todos os rendimentos em aplicações de SWAP foram oferecidos à tributação. Cabe esclarecer que a contribuinte alega que apurava os ganhos/perdas na conta "92901 – Resultado positivo contratos futuros moeda estrangeira hedge (até o ano-calendário de 2003)" e "9290000 – Resultado positivo contratos futuros moeda estrangeira hedge (a partir do ano-calendário de 2004)";
- Das declarações retificadores indeferidas:

- CÓPIA*
- Com relação à DCOMP retificadora 11831.113133/2003-22, verificar com base na documentação apresentada se existe comprovação de que houve, de fato, retificação do débito de IRRF, código 0561, PA de 29/03/03, de R\$ 331.912,50 para R\$ 327.653,85 e se a referida alteração de R\$ 4.285,65 decorre do MS nº 2003.61.26.001.168-1 (fls.1.184/1.940);
  - Averiguar pela documentação trazida aos autos (fls.1.184/1.940) se a DCOMP retificadora 11831.003134/2003-77, não trata de inclusão de novo débito, mas sim de desmembramento do débito de IRRF (PA de 28/12/2002), no valor de R\$ 664.602,05 (declaração original) para R\$ 605.360,87 (PA de 28/12/2002) e R\$ 59.241,18 (PA de 21/12/2002);
  - Elabore relatório conclusivo e.dê ciência a contribuinte concedendo-lhe o prazo de 10 dias pára manifestação, conforme art. 44 da Lei nº 9.784/99.

*Em resposta ao pedido de diligência, a Derat/SPO elaborou relatório conclusivo de fls.2.001/2.005 com o seguinte teor:*

- A consolidação dos resultados fiscais apurados entre janeiro e maio de 1993 (fl.1.973) foi devidamente tributada na DIRPJ entregue por ocasião da cisão parcial ocorrida em 31/05/1993 (fls.1.955/1.956), podendo-se afirmar que a contribuinte com base na Conta de Correção Monetária – a diferença IPC/BTNF foi integralmente tributada em 31/05/1993;
- Com base nos documentos de fls.1.110/1.115 e os extratos IRPJ/CONS de fls.1.951 e 1.954, verifica-se que os valores relativos às "Baixas de Bens do Ativo Fixo", aos "Encargos de Depreciação" e à "Correção Monetária dos Encargos de Depreciação" - todos relativos à diferença IPC/BTNF, apurados nos balanços levantados em 31/12/1991, 30/06/1992 e 31/12/1992, estão relacionados a fl.1.110 - e foram adicionados ao lucro líquido do período a que correspondem (LALUR de fls. fls.1.112/1.115 e extratos de IRPJ/CONS de fls.1.951 e 1.954);
- Em relação aos rendimentos de SWAP, os rendimentos correspondentes ao IRRF sob o código 5273, ao longo do lapso temporal compreendido entre 01/01/1998 e 31/12/2006, foram todos submetidos à tributação na DIPJ, haja vista o somatório dos rendimentos consignados no demonstrativo citado e o registrado nas DIRF respectivas, consolidados à fl.788 (fl.22 do Despacho Decisório);
- DCOMP retificadora nº 11831.113.133/2003-22: A diferença de R\$ 4.258,65 (R\$ 331.912,50 — R\$ 327.653,85) de débito de IRRF apurado na quinta semana de março de 2003, retificado pela DCOMP, mencionada acima, em virtude de liminar em MS nº 2003.61.26.001.168-1 (fls.1.893/1.895), está lastreada pela 4ª DCTF retificadora, relativa ao 1º trimestre de 2003, apresentada e processada em 02/12/2004 (fls.1.985/1.986);

- DCOMP retificadora nº 11831.003.134/2003-77: A declaração retificadora, referente ao processo citado acima, não incluiu novos débitos nos valores de R\$ 59.241,18 (3ª semana, vencimento em 26/12/2002) e R\$ 605.360,87 (4a semana, vencimento em 03/01/2003), apenas ajustou os valores à verdade fática.

A 7ª Turma da DRJ SPO I, por unanimidade de votos, deferiu em parte a solicitação da contribuinte, por meio de Acórdão assim ementado, fls. 15022:

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

*Ano-calendário: 2001*

**IRRF. COMPOSIÇÃO.**

*O imposto retido na fonte é considerado antecipação do imposto devido no período-base. A retenção feita em conformidade com a lei não constitui indébito ou recolhimento a maior, no entanto, poderá ser utilizado para a dedução do IR devido e o resultado se apurado saldo a favor da contribuinte poderá ser compensado com débitos vencidos ou vincendos de mesma ou de diferentes espécies.*

**SALDO NEGATIVO DE IMPOSTO APURADO NA DECLARAÇÃO.**

*Constitui crédito a compensar ou restituir o saldo negativo de imposto de renda apurado em declaração de rendimentos, desde que ainda não tenha sido compensado ou restituído.*

*Solicitação Deferida em Parte*

De acordo com o retrocitado Acórdão, foi reconhecido um saldo negativo de IRPJ de R\$ RS 5.023.935,04 para o PA compreendido entre janeiro e junho e de RS 21.949.674,85 para o PA de julho a dezembro, homologando-se os pedidos de compensação correlatos aos presentes créditos.

A contribuinte foi cientificada desse Acórdão em 18/09/2009 (v. fls. 15041) e apresentou, em 15/10/2009, o recurso voluntário de fls. 17017-17030, sustentando que o montante dos débitos compensados totalizam R\$ 34.158.646,94 e não R\$ 35.751.500,47, razão pela qual haveria crédito suficiente para homologar todas as compensações. Visando sustentar seu ponto de vista, apresentou os seguintes argumentos:

Quanto à contribuição ao PIS e da COFINS adicionados ao Lucro Real:

- Afirmou que, conforme art. 344, § 1º do RIR/99, os tributos com exigibilidade suspensa (por liminar) não são dedutíveis na apuração do lucro real. Reafirmou que os valores das contribuições, objeto de liminar proferida nos autos de nº 1999.61.0.00018571-9, não foram recolhidos e nem provisionados, razão pela qual não deveriam ter sido adicionados ao lucro líquido, posto que foram oferecidos à tributação. Esclareceu, outrossim, que os valores que o Fisco considerou como excesso tratam-se, na

verdade de contribuições retidos por órgãos públicos, que foram compensadas pela empresa, nos termos do art.64 da Lei nº 9.430/96;

• A RFB reconheceu apenas parte dos montantes das retenções efetuadas por venda de serviços e bens, considerando os valores de R\$ 13.270,53 e R\$ 5.340,73 de PIS e R\$ 61.124,17 e R\$ 24.626,75 de COFINS como de exigibilidade suspensa não levadas à tributação. Todos os referidos montantes poderiam ser compensados por se referirem a retenções efetuadas por órgãos públicos (doc.6 — fls.1.033/1.049). Caso não se aceite a argumentação levantada, as contribuições deveriam ser objeto de lançamento fiscal e não de ajustamento da base de cálculo do tributo;

#### Quanto ao IRRF sobre Rendimentos Financeiros

• Reiterou que a documentação trazida aos autos (fls.337/348) é suficiente para comprovar as retenções nos valores de R\$ 109.838,12 (códigos 6147, 6190 e 1708). Esclareceu que tais documentos indicam não apenas o valor do imposto retido, como também sua base de cálculo, a duplicata, o período e a pessoa jurídica responsável pela retenção. Afirmou que a Recorrente não pode ser prejudicada por eventual falta de terceiros, qual seja, a não apresentação de informe de rendimentos. Assim, requereu que seja reconhecida a retenção total de R\$ 573.319,68, e não apenas R\$ 477.024,47.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Fernando Luiz Gomes de Mattos - Relator  
O recurso apresentado atende aos requisitos legais, razão pela qual deve ser conhecido.

**Débitos a compensar considerados em duplicidade**

No tocante ao débito a compensar, a recorrente, desde a fase impugnatória, alegou que o Fisco considerou em duplicidade o valor de R\$ 1.502.755,82, o qual teria sido declarado no processo de nº 11831.001394/2003-71 (docs. 4 e 5 - fls. 997/1001 e 1.005/1.031) e também na DCOMP nº 41636.49900.230906.1.7.02-0550. Por essa razão, os referidos débitos compensados totalizariam R\$ 34.158.646,94 e não R\$ 35.751.500,47.

Em relação a este item, claramente assiste razão à recorrente.

De fato, o citado débito a compensar, no valor de R\$ 1.502.755,82, foi declarado pela contribuinte em duplicidade, tanto no processo nº 11831.001394 (fls. 997-1011 e 1005-1031) quanto na DCOMP nº 41636.49900.230906.1.7.02-0550.

Assim sendo, em relação ao presente item, deve-se dar provimento ao recurso voluntário, para excluir do montante dos débitos a compensar o valor de R\$ 1.502.755,82, posto que efetivamente foi considerado em duplicidade.

**PIS e a COFINS adicionados ao Lucro Real**

Conforme relatado, o Fisco constatou a falta de adição ao lucro líquido das diferenças de valores de compensações de PIS e COFINS, além daqueles declarados em DCTF. Por essa razão, foram adicionados na linha 21, ficha 09 A, os montantes de R\$ 74.394,41 na DIPJ/2001/2000 e R\$ 29.907,74 na DIPJ 2002/2001 (fls. 779).

A recorrente afirmou que, conforme art. 344, § 1º do RIR/99, os tributos com exigibilidade suspensa (por liminar) não são dedutíveis na apuração do lucro real. Reafirmou que os valores das contribuições, objeto de liminar proferida nos autos de nº 1999.61.0.00018571-9, não foram recolhidos e nem provisionados, razão pela qual não deveriam ter sido adicionados ao lucro líquido, posto que foram oferecidos à tributação. Esclareceu, outrossim, que os valores que o Fisco considerou como excesso trata-se, na verdade de contribuições retidas por órgãos públicos, que foram compensadas pela empresa, nos termos do art. 64 da Lei nº 9.430/96.

Não assiste razão à recorrente.

Sobre o tema, pronunciou-se com muita propriedade a decisão de piso, razão pela qual adoto e transcrevo parcialmente as suas razões de decidir (fls. 15030) :

*8.981/95, o qual vedava a sua dedução na determinação do lucro real, conforme expressamente previsto no referido dispositivo legal:*

*Art. 41. Os tributos e contribuições são dedutíveis, na determinação do lucro real, segundo o regime de competência.*

*§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos tributos e contribuições cuja exigibilidade esteja suspensa, nos termos dos incisos II a IV do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, haja ou não depósito judicial.*

*Por essa razão, correto o procedimento de acréscimo dos referidos valores para a apuração do lucro real por estrita obediência à disposição expressa de lei.*

Os elementos constantes dos autos são insuficientes para comprovar a alegação da recorrente, no sentido de que o excesso de compensação detectada pelo Fisco corresponderia, na verdade, ao valor de contribuições retidos por órgãos públicos.

Por derradeiro, a recorrente afirmou que as contribuições em apreço deveriam ser objeto de lançamento fiscal e não de ajustamento da base de cálculo do IRPJ.

Mais uma vez, não assiste razão à recorrente.

Conforme bem apontado pela decisão de piso, fls. 15030, a análise do direito creditório deve obedecer ao estabelecido no art. 170 do CTN. A apuração do direito líquido e certo a favor da contribuinte é condição necessária para que a compensação tenha eficácia. Consequentemente, os ajustes na base de cálculo para a apuração do crédito constituem o procedimento adequado, visando a correta apuração dos tributos devidos.

Assim sendo, considero que em relação ao presente tema o recurso voluntário não merece provimento.

#### IRRF sobre Rendimentos Financeiros

A contribuinte, em sua peça recursal, reiterou que a documentação trazida aos autos (fls.337-347) é suficiente para comprovar as retenções nos valores de R\$ 109.838,12 (códigos 6147, 6190 e 1708).

Esclareceu que tais documentos indicam não apenas o valor do imposto retido, como também sua base de cálculo, a duplicata, o período e a pessoa jurídica responsável pela retenção.

Afirmou, por fim, que a Recorrente não pode ser prejudicada por eventual falta de terceiros, qual seja, a não apresentação de informe de rendimentos. Assim, requereu que seja reconhecida a retenção total de R\$ 573.319,68, e não apenas R\$ 477.024,47.

Também em relação a este tema, não assiste razão à recorrente.

Esta alegação foi enfrentada com clareza e objetividade pela decisão recorrida, razão pela qual adoto e transcrevo parcialmente as suas razões de decidir, fls. 15036 (grifado):

*A documentação apresentada de fls. 337/347, por si só, não comprova a existência das referidas retenções e também que as referidas receitas foram oferecidas à tributação na DIPJ. Apenas a apresentação de demonstrativo, visando discriminar as mencionadas retenções, não basta para a comprovação do direito creditório uma vez que este deverá ser comprovada por meio de documentação hábil e idônea além da demonstração da tributação das correspondentes receitas vinculadas ao IRRF dedutível.*

De fato, não há nos autos nenhum elemento capaz de demonstrar que os rendimentos em apreço tenham sido oferecidos à tributação.

Consequentemente, também em relação ao presente tema, considero que o recurso voluntário não merece provimento.

### Conclusão

Diante de todo o exposto, voto no sentido de dar provimento parcial ao recurso voluntário, apenas para cancelar o débito utilizado em duplicidade, no valor de R\$ 1.502.755,82. .

(assinado digitalmente)  
Fernando Luiz Gomes de Mattos